

SÍNTESE DO PANORAMA CONJUNTURAL

Dezembro de 2024
em Janeiro de 2025

Economia brasileira continua desacelerando

A análise dos dados do IBC-Br revela uma tendência de queda nos últimos meses, especialmente a partir de maio de 2023, quando houve sucessivas desacelerações apontadas na média móvel de três meses (Gráfico nº 1). A desaceleração reflete a fragilidade da recuperação econômica diante de fatores adversos internos e externos, com o índice apresentando uma redução contínua na taxa de crescimento, indicando desaquecimento da atividade econômica.

A manutenção de uma política monetária mais restritiva, com taxas de juros elevadas, contribuiu para a redução do ritmo de crescimento econômico. Os dados mostram que a perda de dinamismo econômico coincidiu com momentos de aperto monetário, impactando negativamente o consumo das famílias e os investimentos produtivos. O efeito da taxa de juros sobre o crédito às empresas, em particular para PMEs, se tornou um obstáculo ao crescimento.

Apesar das políticas de incentivo adotadas em períodos anteriores, em 2024, a política fiscal brasileira apresentou um impulso fiscal negativo de 0,1% do PIB, indicando uma postura ligeiramente contracionista. A Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda destacou que o crescimento econômico até o terceiro trimestre não foi impulsionado por gastos públicos, evidenciando a ausência de novas iniciativas fiscais robustas. O Resultado Fiscal Estrutural (RFE) preliminar do Governo Central indicou uma recuperação de 71% da deterioração estrutural observada no ano anterior, refletindo um esforço fiscal positivo exclusivo dessa esfera governamental.

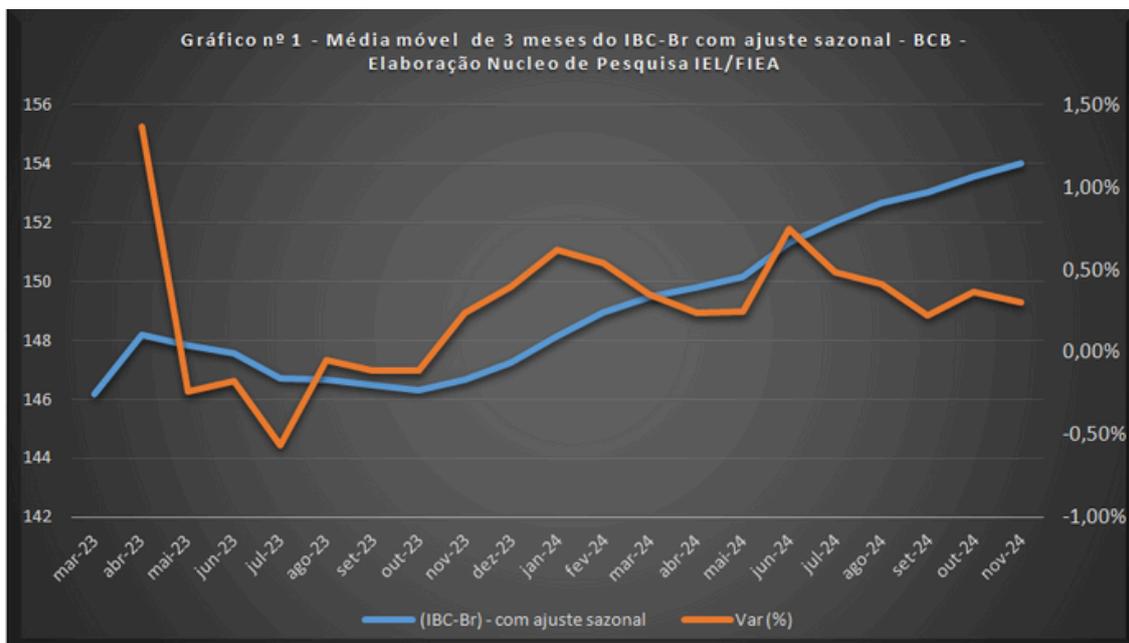
Os dados apontam para uma desaceleração na indústria, evidenciada pela queda do Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI). Em dezembro de 2024, o índice recuou 2,5 pontos, passando de 52,6 para 50,1 pontos, refletindo a transição de um cenário de confiança para uma posição neutra. Em janeiro de 2025, o ICEI caiu mais 1,0 ponto, atingindo 49,1 pontos, configurando a quarta redução consecutiva e acumulando uma perda de 4,2 pontos desde setembro. O movimento para abaixo da linha dos 50 pontos sinaliza uma percepção de menor confiança no setor industrial no início de 2025.

Não obstante a queda na confiança dos empresários, em novembro de 2024, o faturamento, as horas trabalhadas e a utilização da capacidade instalada da indústria permaneceram estáveis em relação a outubro, enquanto o emprego, a massa salarial e o rendimento médio do trabalhador industrial apresentaram crescimento. No acumulado de 2024 até novembro, todos os indicadores industriais mostraram avanço em comparação ao mesmo período de 2023. O comportamento oscilante da indústria tem contribuído para a tendência de queda do IBC-Br, ressaltando a necessidade de políticas industriais equilibradas e persistentes que promovam a recuperação da produtividade e da competitividade, com atenção especial às regiões mais vulneráveis.

No segundo semestre de 2024, o setor de serviços no Brasil apresentou crescimento consistente, com destaque para um aumento de 1,0% em setembro em relação a agosto, atingindo um recorde histórico. Em outubro, houve um crescimento de 1,1% no volume de serviços, seguido por uma retração de 0,9% em novembro. No acumulado de janeiro a novembro de 2024, o setor registrou uma alta de 3,2% em comparação ao mesmo período de 2023. Por outro lado, o comércio varejista apresentou variações modestas, com um aumento de 0,4% em outubro e uma leve queda de 0,4% em novembro, acumulando um crescimento de 5,0% no mesmo período.

A economia global enfrenta desafios como a desaceleração da China e a volatilidade nos mercados financeiros, o que impactou diretamente as exportações brasileiras. Em 2024, a volatilidade do câmbio brasileiro, com o dólar chegando a R\$ 6,30, teve impactos mistos no agronegócio. A desvalorização do real aumentou a competitividade das exportações, tornando os produtos mais atrativos no mercado internacional. No entanto, elevou os custos de insumos importados, como fertilizantes e defensivos agrícolas, pressionando as margens dos produtores. As exportações do setor totalizaram US\$ 164,4 bilhões, uma leve queda de 1,3% em relação ao ano anterior, refletindo os efeitos positivos da taxa de câmbio sobre as vendas externas, mas também os desafios impostos pelo aumento dos custos de produção.

A análise das médias móveis de 3 meses revela uma tendência de desaceleração persistente, sugerindo que os efeitos combinados da política monetária e da ausência de novos estímulos podem continuar afetando o crescimento no curto prazo. O crescimento econômico sustentado dependerá de um equilíbrio entre políticas de incentivo ao investimento e estabilidade macroeconômica.



Assim os dados do IBC-Br e dos fatores associados apontam para um cenário de desafios significativos para a economia brasileira em 2025. A combinação de políticas monetárias mais flexíveis, estímulos direcionados e investimentos em setores estratégicos, como infraestrutura e inovação, será essencial para reverter a tendência de desaceleração e garantir uma retomada econômica sustentável.

Banco Central Hawkish ameaça crescimento

O mercado estima que a taxa Selic encerrará 2025 em 15,0% ao ano, atingindo esse patamar já em maio, com dois aumentos de 100 pontos-base e dois de 25 pontos-base. A inflação acumulada nos últimos 12 meses, até novembro, superou o limite superior da banda de tolerância, fixado em 4,5%, alcançando 4,8%. A inflação implícita nos papéis prefixados para 252 dias úteis subiu para 7,3%, pressionando o Banco Central a adotar uma postura mais restritiva e a acelerar o ciclo de alta da Selic, conforme mencionado, com o objetivo de trazer a inflação para o centro da meta de 3% ao ano.

As expectativas de inflação para os próximos dois anos passaram de 4,6% para 5,0%, mantendo-se em 4% no horizonte de 24 meses. A postura conservadora do Banco Central do Brasil (hawkish) resultará em uma elevação da taxa Selic real para 10% ao ano em 2025, mais que o dobro da taxa de longo prazo necessária para manter a inflação estável. Como destacado em edições anteriores, essa postura, caso adotada, representa um excesso de conservadorismo na política monetária, uma vez que o risco fiscal permanece baixo e o arcabouço fiscal foi cumprido em 2024.

É importante ressaltar que o déficit nominal, que inclui os juros da dívida, tem aumentado devido à política de juros elevados, e não em razão do crescimento do déficit primário. No acumulado em 12 meses, o déficit nominal alcançou R\$ 1.111,0 bilhões (9,50% do PIB), ante R\$ 1.092,8 bilhões (9,42% do PIB) acumulados até outubro de 2024. Do total, o déficit primário respondeu por 17,4% e os juros, por 82,6%.

Em relação à ancoragem das expectativas de inflação, o mercado projeta uma taxa de 3,5% a.a. a partir de 2026, próxima ao centro da meta de 3,0% a.a. Além disso, as estimativas indicam um crescimento médio do PIB de 2,0% a partir de 2025, abaixo dos 3,5% previstos para 2024, o que reduz o risco de superaquecimento e estrangulamento da oferta em relação à demanda. Dessa forma, a desaceleração observada na atividade econômica, associada a uma taxa de juros restritiva, representa uma ameaça concreta não apenas à manutenção do emprego e da renda, mas também à implementação da política industrial, essencial para a competitividade das empresas brasileiras, independentemente do porte.

Assim adoção de uma postura excessivamente conservadora pelo Banco Central, com elevações significativas da taxa Selic, pode comprometer o crescimento econômico brasileiro ao intensificar os custos de financiamento, desestimular investimentos produtivos e agravar a desaceleração da atividade econômica. Embora a inflação tenha superado o teto da meta em 2024, as projeções indicam uma trajetória de convergência para o centro da meta nos próximos anos, o que sugere que a manutenção de juros elevados por um período prolongado pode ser desnecessária e contraproducente. Além disso, o aumento do déficit nominal tem sido impulsionado principalmente pelo custo dos juros elevados, e não por um descontrole fiscal, evidenciando os efeitos adversos de uma política monetária excessivamente restritiva. Assim, uma condução monetária mais equilibrada, alinhada ao cumprimento do arcabouço fiscal e às perspectivas de crescimento do PIB, é fundamental para preservar o emprego, a renda e a competitividade do setor produtivo, evitando entraves adicionais à implementação de políticas industriais estratégicas.

A produção industrial brasileira em novembro de 2024

Em novembro de 2024, a indústria brasileira apresentou uma queda mais intensa na produção, sugerindo um esgotamento da tendência de crescimento observada anteriormente. Em relação a outubro, a retração se intensificou, atingindo 76% dos setores industriais e 60% das regiões do país. Todos os macrossetores registraram perdas, com destaque para os bens de consumo semi e não duráveis, que sofreram o maior recuo. Eventos climáticos adversos afetaram a produção de setores-chave, como laticínios, biocombustíveis e açúcar, impactando particularmente o parque industrial paulista, que perdeu todo o crescimento acumulado nos meses anteriores. Apesar disso, os macrossetores de bens de capital e bens de consumo duráveis continuaram a crescer, sustentando o desempenho positivo da indústria em comparação ao ano anterior. No entanto, a elevação das taxas de juros e as incertezas fiscais geram preocupações quanto à continuidade desse crescimento, refletidas na deterioração das expectativas empresariais para os próximos meses.[1]

Variações da Produção Industrial %

| | No mês (com ajuste sazonal) | Mesmo mês ano anterior | No ano | Doze meses |
|-----------------------------|-----------------------------|------------------------|--------|------------|
| Indústria Geral | -0,6 | 1,7 | 3,2 | 3,0 |
| Bens de capital | -1,7 | 14,0 | 8,8 | 6,7 |
| Bens intermediários | -0,7 | 1,6 | 2,6 | 2,7 |
| Bens de consumo | -1,6 | 0,2 | 3,9 | 3,5 |
| Bens de consumo duráveis | -2,1 | 19,5 | 10,7 | 9,9 |
| Semiduráveis e não duráveis | -2,8 | -2,7 | 2,8 | 2,5 |
| Extrativa Mineral | 0,1 | -4,4 | 0,7 | 2,1 |
| Transformação | -1,0 | 2,9 | 3,7 | 3,2 |

Fonte: IBGE.

Segundo dados da CNI, a utilização da capacidade instalada manteve-se estável entre outubro e novembro de 2024, em 79,6%, considerando os valores ajustados sazonalmente. Na comparação com novembro de 2023, houve um aumento de 0,7 ponto percentual.

PANORAMA CONJUNTURAL DA INDÚSTRIA

PUBLICAÇÃO MENSAL DA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE ALAGOAS - FIEA

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE ALAGOAS - FIEA

PRESIDENTE:

José Carlos Lyra de Andrade

1º VICE-PRESIDENTE:

José da Silva Nogueira Filho

DIRETOR EXECUTIVO:

Walter Luiz Juca Sá

COORDENADOR UNIDADE TÉCNICA

Helvio Braga Vilas Boas

INSTITUTO EUVALDO LODI - IEL

DIRETOR REGIONAL:

José Carlos Lyra de Andrade

SUPERINTENDENTE:

Helvio Braga Vilas Boas

COORDENADORA DE INOVAÇÃO E PESQUISA:

Eliana Maria de Oliveira Sá

ELABORAÇÃO:

NÚCLEO DE INOVAÇÃO E PESQUISA - IEL/AL

COORDENADORA:

Eliana Maria de Oliveira Sá

CONSULTORES:

Luciana Peixoto Santa Rita

Reynaldo Rubem Ferreira Júnior

ANALISTAS:

Morgana Maria Machado Moura

Juliana Ferro Pereira

ESTAGIÁRIOS:

Marya Rita Melquiades Pereira

Welde Messias Vieira da Silva

Pablo Henrique Costa Franciolly

Fonseca

DESIGN/LAYOUT:

Yasmin Nayara de Araújo Costa

Dezembro de 2024
em Janeiro de 2025